

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
DANIELI APARECIDA GONZAGA DA SILVA

MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL: PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO AO
MOINHO BADOTTI - CASCAVEL – PR

CASCAVEL

2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
DANIELI APARECIDA GONZAGA DA SILVA

MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL: PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO AO
MOINHO BADOTTI – CASCAVEL – PR

Trabalho de Conclusão do curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG apresentado
na modalidade Projetual como requisito
parcial para a aprovação na disciplina:
Trabalho de curso: Qualificação.

Professora Orientadora: Ana Paula Rodrigues
Horita Bergamo

CASCAVEL
2018

DANIELI APARECIDA GONZAGA DA SILVA

**MERCADO PUBLICO MUNICIPAL: PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO AO
MOINHO BADOTTI – CASCAVEL – PR**

DECLARAÇÃO

Declaro que realizei em maio de 2018 a revisão linguístico-textual, ortográfica e gramatical da monografia de Trabalho de Curso denominado: **Mercado Pública Municipal: Proposta de revitalização ao Moinho Badotti – Cascavel – PR**, de autoria de Danieli Aparecida Gonzaga da Silva, discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG e orientada por **Ana Paula Rodrigues Horita Bergamo**.

Tal declaração contará das encadernações e arquivo magnético da versão final do TC acima identificado.

Cascavel, 29 de Maio de 2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
DANIELI APARECIDA GONZAGA DA SILVA

MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL: PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO AO
MOINHO BADOTTI – CASCAVEL - PR

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Professora Ana Paula Rodrigues Horita Bergamo.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora: Ana Paula Horita Bergamo
Centro Universitário Assis Gurgacz – Cascavel – PR
Arquiteta Especialista

Professora avaliadora: Sandra Magna Mattei Cardoso
Centro Universitário Assis Gurgacz – Cascavel – PR
Arquiteta Especialista

Cascavel/PR, 29 de maio de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo dessa trajetória de preparação para minha carreira profissional e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos, dando forças para prosseguir.

A toda minha família, pela confiança de acreditarem em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação sempre me deram a esperança para seguir em frente e nunca desistir do meu sonho. Pai, a sua presença significou muita segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada. Agradeço também as minhas duas irmãs por todos os momentos que precisei de ajuda emocionalmente estavam ao meu lado compartilhando minhas alegrias e tristeza, enfim família vocês foram a minha base.

EPÍGRAFE

“Não deve haver limites para esforço humano. Somos todos diferentes. Por pior do que a vida possa parecer, sempre há algo que podemos fazer em que podemos obter sucesso. Enquanto houver vida, haverá esperança”.

Stephen Hawking

RESUMO

O presente trabalho consiste na intervenção de revitalização do antigo moinho Badotti onde encontra-se localizado na cidade de Cascavel-Pr. Por se tratar de um edifício histórico cultural para a sociedade, que hoje encontra-se desativado, a pesquisa originou –se em dar uma nova proposta onde houvesse uma revitalização. Procurando manter a história apresentada na obra, a proposta está embasada em teóricos preservacionistas e Cartas Patrimoniais, tendo em vista um melhor aproveitamento da edificação e uma correta intervenção. Com base de análises realizadas e observada definiu-se a proposta de implantação de um mercado público municipal a cidade de Cascavel. O projeto a ser apresentado tem como inserção em um ponto bem localizado da cidade, estudando vias de acesso, fluxos e seu entorno, havendo como principal objetivo de beneficiar toda a população com local adequado e agradável através do reuso do antigo moinho Badotti, assim como desenvolver-se à prática do comércio do entorno, refletindo deste modo diretamente na economia e cultura da cidade. Os métodos de investigação ocorreram por meio de referências bibliográficas, baseadas em pesquisas explicativas e abordagens qualitativas, analisando projetos correlatos em relação ao tema proposto.

Palavra –chave :mercado público municipal, revitalização, patrimônio cultural

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INOAI - Intervenções na paisagem urbana.

PR - Paraná.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Museu Guggenheim - Bilbao, Espanha	24
Figura 2: Contrastes que a obra expressa entre os materiais, interior e exterior	24
Figura 3: Museu do amanhã	25
Figura 4: Planta baixa.....	27
Figura 5: Implantação e entorno do mercado	28
Figura 6: Vista interna do Mercado municipal de Ataranzas	29
Figura 7: Planta baixa do mercado municipal de Ataranzas	30
Figura 8: Mapa de localização de Cascavel -PR, Brasil.....	33
Figura 9: Fachada principal Moinho Badotti, Cascavel - PR.....	34
Figura 10: Rua Rio Grande do Sul - fachada lateral Moinho Badotti, Cascavel - PR	35
Figura 11: Localização do terreno.....	35
Figura 12: Cortes do terreno.....	36
Figura 13: Corte AA.....	36
Figura 14: Corte BB.....	37

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Programa de necessidades	38
--	----

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	REVISÕES BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO.....	14
2.1.	TEORIAS PRESERVACIONISTA.....	14
2.2	PATRIMÔNIO EDIFICADO COMO BEM CULTURAL.....	15
2.3	PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	16
2.4	INTERVENÇÃO DE REUSO COMO RESTAURO E PRESERVAÇÃO	17
3.	PAISAGISMO	19
3.1.	PRINCÍPIOS DO PAISAGISMO.....	19
3.2.	VEGETAÇÃO E SENSações NO PROJETO	20
4.	MERCADO PÚBLICO	21
4.1.	DESENVOLVIMENTO DO MERCADO PÚBLICO	21
5.	CORRELATOS E ABORDAGENS	23
5.1.	MUSEU GUGGENHEIM BILBAO – FRANK GEHRY	23
5.1.1.	ASPECTOS FORMAIS	23
5.2.	MUSEU DO AMANHÃ SANTIAGO CALATRAVA	24
5.2.1.	TÉCNICAS CONSTRUTIVA: COBERTURA	25
5.3.	MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	26
5.3.1.	ASPECTOS FUNCIONAIS.....	26
5.3.2.	AMBIENTAIS	27
5.4.	MERCADO MUNICIPAL DE ATARANZAS	28
5.4.1.	ASPECTOS FUNCIONAL	29
6.1.2.	TERRENO DE IMPLANTAÇÃO	35
6.1.3.	CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	37
6.1.4.	PROGRAMA DE NECESSIDADE	38
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICES 1: CONSULTA PRÉVIA DO TERRENO 0005, QUADRA 389.....	46
	APÊNDICES 2: CONSULTA PRÉVIA DO TERRENO 007	48
	APÊNDICES 3: CONSULTA PRÉVIA DO TERRENO 0010, QUADRA 389.....	50

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está ligada ao trabalho de curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da fundação Assis Gurgacz e tem como título Mercado público municipal: proposta de revitalização ao moinho Badotti para a cidade de Cascavel –Pr. Insere-se na linha de pesquisa denominada Arquitetura e Urbanismo, e no grupo de pesquisas Intervenção na paisagem Urbana –INPAI. A presente proposta aborda o assunto referente a mercado público municipal com uma proposta de revitalização. O mercado público assume um papel significativo, sendo um impulsionador da urbanidade em cidades modernas. É um instrumento democrático, um cenário onde se misturam, em um mesmo espaço tradição, comércio e relações humanas.

Com a falta de um espaço adequado que promova um convívio social, a escolha do tema abrange essa necessidade onde se busca espaço público mais agradável e incluindo uma boa localização. Dessa forma, a escolha da implantação do mercado terá como proposta uma revitalização ao moinho Badotti que se encontra desativado. Este estudo se justifica pela ausência de um mercado público municipal para a cidade de Cascavel além da falta desse espaço que aproxime e incentivem a vida urbana local, configurando um espaço de relações que permita para a população espaço comercial, de convívio público e lazer em um só lugar. Com a escolha do local a inserção do mercado público municipal na área do moinho vem restaurar o espaço que se encontra desvalido e fomentar todo seu entorno.

No meio acadêmico – científico, a pesquisa oferece conhecimento sobre o tema, possibilitando o surgimento de debates acerca de revitalização em áreas degradadas, transmitindo um valor simbólico para a cidade, produzindo um novo espaço projetado, auxiliando como referência para outras produções científicas. No campo profissional o conjunto de referências abordados neste trabalho proporciona reflexões acerca do modo de pensar e projetar espaços que, além de exercer seus objetivos de usos, tenham um papel social relevante para a sociedade.

Na presente pesquisa, concebe-se a implantação de tal edifício em uma área abandonada no centro da cidade, localizando-se próximo às atividades mistas, sendo comerciais, prestação de serviço além de edificação de uso residencial. O terreno a ser trabalhado dispõe de espécies de árvores como a paineira e três araucárias, que neste projeto será parte da paisagem construída. O problema investigador dessa pesquisa pode ser formulado pela seguinte questão: É possível propor um mercado público municipal através de uma revitalização do moinho Badotti? Partindo-se da hipótese inicial que Cascavel possui

apenas uma feira do produtor, a qual não se tem uma infraestrutura adequada que possa atender as necessidades dos produtores e da população, com a proposta do mercado público municipal inserida no espaço urbano, busca –se um local onde sua história se consolida com o mercado tornando um ponto cultural para a cidade e região.

Através das pesquisas, o objetivo geral é promover, através da implantação de um mercado público municipal, uma revitalização onde a arquitetura se adapta com o local. Aliado a essa meta, tem-se como objetivos específicos os seguintes: trazer referencial teórico sobre o assunto; pesquisas de obras correlatas referente ao tema; identificar conceito do mercado público; desenvolvimento de cascavel; analisar o moinho Badotti; pesquisar a edificação existente; propor o projeto arquitetônico e paisagístico.

Considerando o Mercado público municipal como apoio fundamental da pesquisa elege- se como marco teórico a seguinte citação:

“Ambiente em que negociam produtos alimentícios e outras mercadorias; Local, cidade ou país onde há grande fluxo comercial; mercado; conjunto de atividades de compras e vendas de determinado bem ou serviço em certa região; comercio; o conjunto de compras e vendedores e seu convívio; Procura por determinado bem ou serviço” (FERREIRA ,1999, pág.314).

A metodologia utilizada para elaboração essa pesquisa adota o caráter qualitativo como relata Marconi e Lakatos (2011), preocupam-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos. A presente pesquisa pode ser analisada também, como pesquisa bibliografia, pois segundo Marconi e Lakatos (2013) ela é realizada contendo toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, obtendo por finalidade colocar o pesquisador próximo com tudo o que já foi escrito.

No desenvolvimento dos estudos de correlatos em aspectos de estruturação e questão funcional, tornando – se assim uma pesquisa explicativa, de forma a analisar exemplos para melhor compreensão (GIL,2007). A pesquisa se encontra além disso como aplicada, por realizar a produção de conhecimentos para sua aplicação pratica, a fim de solucionar problemas específicos onde a pesquisa aplicada, contem verdades e interesses locais (BERVIAN; CERVO; SILVA,2007).

2. REVISÕES BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO

Visando apresentar as revisões bibliográficas realizadas no decorrer do processo de pesquisa, neste capítulo realiza a fundamentação teórica para a compreender a intervenção no antigo moinho Badotti que irão auxiliar na concepção da proposta de revitalização.

2.1. TEORIAS PRESERVACIONISTA

Segundo Gomide, Silva e Braga (2005) envolve-se por Projeto de Intervenção no Patrimônio Edificado, o conjunto de princípios necessários e preparado para aplicação das ações destinadas a prolongar o tempo de vida de uma determinada edificação ou conjunto de edificações, o que inclui os conceitos de restauração, manutenção, estabilização, reabilitação ou outras. Qualquer um destes conceitos cumpri a um tipo de intervenção, que depende, principalmente, do estado de conservação do Bem.

Por volta dos séculos XV a XIX ocorre um longo desenvolvimento de acúmulo das ideias preservacionistas. Com o Renascimento italiano ressalta um novo vínculo com a cultura de épocas anterior, percorrendo uma avaliação crítica em relação às obras do passado recente e de exaltação da herança da Antiguidade Clássica, não só pela figura histórica, mas também pelo artístico. (RODRIGUES; CAMARGO, 2010).

Os autores Luso, Lourenço e Almeida (2004) ainda relata que no século XIX, o Estado, se estabeleceu como protagonista e protetor do patrimônio histórico-cultural, tendo sua extrema importância. Portanto, concretizou -se a ideia de que era fundamental, especializar profissionais apropriados de restaurar e manter os bens culturais. Manifestou-se então os primeiros teóricos do restauro, sendo os de maior destaque: John Ruskin, Viollet Le Duc e Alois Riegl. Porém Cesare Brandi e Camilo Boito uma geração de arquitetos preocupados com o conceito de restauro, e em amparo da conservação e reparação de maneira a preservar os valores históricos e artísticos do monumento.

De acordo Castelnou Neto (1992), declara –se:

“À preservação arqueológicos e em documentos históricos, permitindo a intervenção na obra, assim como sua nova utilização, desde que seja mantido o partido da mesma.” (pag.266)

Algumas teorias de Camillo Boito são aceitas e utilizadas até hoje, como a necessidade de identificar entre as partes originais e as restauradas, de forma a exercer a mínima intervenção do que for restaurado (GRANATO E CAMPOS, 2013).

Embora com a criação das cartas patrimoniais realizou –se a necessidade de analisar e aprimorar o estudo sobre restauro após a segunda guerra mundial, decorrência da destruição e as várias experiências nessa área, nesse contexto, desenvolveu a teoria do restauro, na qual despertou padrões metodológicos para a restauração da obra de arte. (Cesare Brandi ,1906-1988).

2.2 PATRIMÔNIOS EDIFICADO COMO BEM CULTURAL

Tomaz (2010) ressalta o que torna-se um bem favorecido de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem dispõe para estabelecido grupo social, alegando assim sua preservação. É imprescindível compreender que os múltiplos bens possuem interpretações significados diferentes, de acordo com seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam introduzidas.

O bem cultural também tem atribuição social, orientando as populações no tempo e no espaço, onde pessoas compartilham de uma história comum e de um lugar próprio no mundo, mesmo que alguns bens sejam considerados, não tão importante para algumas pessoas, procede diferentes para outras(CARSALADE,2013).

Segundo Veloso (2007):

“Além de um significado social e histórico, o edifício possui também um significado artístico e arquitetônico, que está nele mesmo, independentemente de seu reconhecimento social” (pág. 4).

Brayner, (2007,) complementa o patrimônio cultural de uma sociedade venha ser estabelecida pelo conjunto de conhecimento, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, as quais recordam a história, a memória e à identidade desta sociedade, resumindo trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte.

A restauração compõe-se de um processo de intervenção no bem cultural, de caráter excelente, cujo objetivo é reconstituir as particularidades que lhe foram subtraídas, ou então ressaltar outras características desaparecidas pela superposição de elementos de épocas ou de grupos sociais distintos. Nessa ação, é fundamental estudo arqueológico e histórico do

monumento, sítio ou objeto para que se atue a sua correta restauração. (CASTELNOU NETO, 1992).

2.3 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

De acordo com Previero (2013), patrimônio Industrial reuni bens materiais e imateriais que conceituem a história de uma sociedade e sua ligação com o meio, esses bens são obtidos e passados para o futuro, essa definição envolve edifícios, oficinas, fábricas minas, armazéns e lojas.

A partir de 1950 na Inglaterra que o patrimônio Industrial teve sua importância como um bem cultural, depois de ocorrer o desaparecimento de significantes testemunhos. (RODRIGUES; CAMARGO,2010). Ainda Prosseguindo Rodrigues e Camargo (2010) mostra:

“Durante a década de 1970, encontramos relatos internacionais que incorporam discussões sobre o valor cultural e documental desse patrimônio” (pag.148)

Kühl (1998), relata que a partir dos anos 60 o patrimônio histórico introduziu, em companhia com os grandes monumentos particulares, o patrimônio industrial e a herança da organização modernista. Independente dos obstáculos o reconhecimento do valor histórico-artístico dos edifícios industriais, eles têm capacidade para obter um novo uso pelas suas características espaciais como a dimensão e a flexibilidade. (Choay, 2001).

Portanto, uma das formas de se conservar o patrimônio histórico é o seu uso regular, mas nem sempre é capaz, em razão a qual, parte dessas obras sofrem com a depreciação, sem alguma medida que os ampare de determinados fatores ou mesmo encontram-se expostos a danos, de acordo com Kuhl:

"[...] edifícios, ou inteiros complexos, estavam (e estão) sob constante ameaça pela sua obsolescência funcional, pelo crescimento das cidades e pela pressão especulativa imobiliária". (2008,pag.38)

Choay, (2001) explica que a reutilização, é um modo ousado de valorização do patrimônio. Sendo o monumento reservado do desuso, mas ao mesmo tempo exposto a degradação da utilização, oferecendo uma nova utilidade percebe uma dificuldade, além de preservado em sua finalidade usual, deve analisar seu estado material. Essa preocupação é elevada na carta de Brasília em 1995, pela ausência de realidade das edificações nas quais são realizadas intervenções que retiram a particularidade do bem.

2.4 INTERVENÇÃO DE REUSO COMO RESTAURO E PRESERVAÇÃO

O autor Castelnou Neto (1992) destaca, uma obra é possível se tornar antiga na sua utilidade, conforme às mudanças que acontecem na sociedade, sobretudo na área socioeconômica.

A recuperação enquanto Azevedo (1978), é um tipo de intervenção que direciona a conceder redução física e funcional de uma obra, possibilitando seu uso completo, deixando sua propagação, abandono e, conseqüentemente, demolição. Castelnou Neto (1992) retoma dizendo que, a preservação de uma obra é mais econômica do que a sua demolição para a construção de uma nova. O Patrimônio Cultural Material tem um tempo limitado de existência. Para que se possa prolongar a integridade física do patrimônio, a conservação tem como propósito estabelecer métodos de prevenção e de intervenção.

Sendo, de acordo com Coelho (2003), a adaptação a um novo uso, uma dessas estratégias, também definida como *retrofit1*, reciclagem ou reabilitação dos espaços preservados. Referindo-se a uma intervenção que busca adaptar os espaços existentes para acomodar novas atividades, das quais eles foram projetados.

Segundo Gomide, Silva e Braga (2005), a definição de um novo uso é essencial para a elaboração do projeto de intervenção, de forma a assegurar sua eficácia. A preservação deve valorizar a manutenção das atividades cotidianas, estimulando o aumento de novos usos das edificações de modo que incorporem a vida na cidade. (BONDUKI, 2010).

Em conformidade, Ghirardello entende que:

"os imóveis preservados devem fazer parte do dia a dia das pessoas e não apenas utilizados para certas funções, ditas culturais."
(2008,pag.18)

Independentemente do novo uso que a edificação receberá, ele deve ser compatível com a sua estrutura física, preservando as características da obra. Fazem-se necessárias intervenções em edifícios antigos, para mantê-los apto a suportar atividades humanas atuais, mas deve-se garantir a manutenção das representações que atribuem a obra o seu real valor (GHIRARDELLO).

2.5. CONCLUSÃO E CONTRIBUIÇÃO REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO

Baseados em autores citados nos capítulos anteriores foram abordados embasamento dentro o contexto histórico e cultural, os quais possibilitaram definir um panorama sobre a trajetória da teoria preservacionista.

As cartas patrimoniais embora tenham surgido desde o século XIX variadas teorias que o orientam, o restauro é apontado como um tema atual desta forma este estudo nos auxiliará a desenvolver uma melhor proposta para o edifício moinho Badotti no qual se encontra em abandono e obsolescência, podendo ser recuperado e ter sua vida prolongada, através de um novo uso.

Portanto é fundamental esta pesquisa para entende-se que o restauro é uma palavra com várias definições e práticas, mudável ao longo do tempo e que hoje possui uma definição clara através das cartas no qual uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial cujo objetivo é a conservação e sua adequação pela comunidade.

3. PAISAGISMO

Neste tópico serão abordados assuntos necessários referentes à pesquisa contextual que irá auxiliar como referência para a elaboração da proposta projetual. Durante o desenvolvimento deste segmento o estudo foi estruturado da seguinte forma: os princípios do paisagismo, vegetação a sensação que reflete no projeto.

3.1. PRINCÍPIOS DO PAISAGISMOS

Segundo Filho (2001), é possível estabelecer o conforto visual por intermédio do paisagismo, onde o paisagismo deve ser apontado como uma área nova do conhecimento humano, mesmo que sua origem remete à história da própria existência do homem. Acredita-se que a partir do momento em que o homem transferiu o seu comportamento de nômade, marcando habitação em um determinado lugar e explorar o meio que o cerca, o paisagismo passou a fazer parte da sua vida.

Macedo (2012), complementa sobre a existência do paisagismo no Brasil, até os anos de 1970, eram poucos profissionais, arquitetos em sua maioria, que se trabalhava exclusivamente à arquitetura paisagística, compreendida até então pela figura de Roberto Burle Marx, que, com sua equipe, praticamente centralizava a atividade no país, encarregando-se, por décadas, dos principais projetos públicos e privados.

De acordo com Filho (2001), a prática do paisagismo no Brasil remonta ao período colonial. Porém, em termos de mercado, o paisagismo só começou a ganhar importância a partir da década de 80, do século passado, quando as pessoas e as empresas passaram a demonstrar maior interesse em manter espaços mais agradáveis.

Waterman (2010) afirma que:

“É na paisagem que todas as forças inter-relacionadas de nossa existência entram em ação. Assim, é crucial que tenhamos a habilidade de chegar a um projeto e a uma estratégia inspiradores que reconheçam o caráter único dos locais individuais e, ao mesmo tempo, entendam tais lugares como pertencentes a sistemas maiores.” WATERMAN, (2010)

Partindo da mesma ideia, Filho (2001) afirma que, ao se elaborar um projeto, o paisagista utiliza de fundamentos construídos e/ou vegetais, bem como dos sentimentos, para estabelecer um processo de comunicação com os usuários da paisagem a ser

construída. As ações paisagísticas se dão em escala e âmbitos diversos, podendo ser feitas pelos mais diferentes agentes, tanto o Estado como empresas e corporações privadas e, principalmente, a população em geral. Nesses casos, a obra possui um papel ativo como elemento que transforma e inova e assim gera dinâmicas entre a paisagem a vivencia e a obra.

3.2. VEGETAÇÃO E SENSações NO PROJETO

A ideia dos jardins aplicados no projeto vem com o propósito de transmitir sensações de conforto e paz interior, através da vegetação no projeto. Os maiores proveitos que a paisagem pode transmitir ao usuário está relacionado aos benefícios que ela transmite tanto físicos como mentais, as mesmas passam isso a um local. (FILHO; GONÇALVES, 2001)

Para Tardin (2010), os benefícios são duráveis, mesmo o ser humano estando realizando suas atividades diárias, pois o paisagismo gera um lazer contemplativo, que é alto de grande relevância para a sociedade, sendo considerado um repouso mental, são paisagens como essas que despertam sensações agradáveis a visão do observador.

A utilização do paisagismo representa uma significativa contribuição na qualidade climática da edificação e da ambiência geral da paisagem, permitindo gerenciar a trajetória dos ventos e proporcionar sombreamentos. Portanto, o estudo paisagístico pode facilitar a manutenção de uma ventilação mínima em toda a edificação. Como soluções projetuais para amenizar a temperatura interna, sugere-se o uso de elementos como: fontes de água, espelhos d'água, que proporcionam novas relações de conforto e percepções nos usuários. (OLIVEIRA, 2009).

Analisando os conceitos acima citados, a proposta paisagística para o mercado público municipal surge aliada à proposta formal do edifício, uma vez que o espaço aberto é premissa conceitual da obra. Propondo um local aberto para manifestação cultural e interação, que no projeto está centralizado junto ao edifício, o paisagismo reflete de forma significativa na qualidade do ambiente externo afetando não apenas o conforto lumínico, mas também no conforto térmico, tornando a praça central um local atrativo.

4.MERCADO PÚBLICO

No decorrer desse tópico serão apresentadas referências bibliográficas, onde apresenta-se a origem e seu conceito a ela vinculada, até chegar a importância do mercado público na sociedade.

4.1. DESENVOLVIMENTO DO MERCADO PÚBLICO

As antigas cidades se originaram na mesopotâmia, com início de divisões sociais dos povos que a seguir da revolução agrícolas deixaram de ser nômades. Com isso os agricultores desenvolveram novas funções que encontram-se associadas a segurança, à administração e ao comércio. (ALVES E FILHO ,2011)

Seguindo Alves e Filho (2011), no transcorrer da história, as funções do comércio tiveram por alguns períodos, sendo que, foi nos séculos X e XI que as atividades comerciais conseguiram um novo impulso. Foi nesta época que a atividade de mercadores passou – se a ser fora das vilas, e começaram a ganhar seu espaço.

Conforme Le Goff (1992) todas as culturas presentes, a começar pelo a origem das civilizações e da urbanização, despertaram a pratica de troca de mercadorias para garantir sua sobrevivência, com isso desenvolveu o surgimento do mercado público um lugar exclusivo para estas práticas nas cidades. Os primeiros mercados eram apontados como locais de abastecimento, pois saíam dali e atenderiam as necessidades de outras regiões.

De acordo com Ferreira (1999), o mercado é estabelecido como:

“Lugar onde se comerciam gêneros alimentícios e outras mercadorias; Povoação, cidade ou país onde há grande movimento comercial; empório; Conjunto de atividades de compra e venda de determinado bem ou serviço, em certa região; comércio; O conjunto de compradores e vendedores e sua interação; Demanda por determinado bem, ou serviço.” (pág.314)

Mercado Público, um lugar agradável, com sua função diferente para a sociedade, que possibilita a cidade uma utilidade urbana de grande importância. É um lugar com infraestrutura para se realizar comercio e divulgar cultura e tradições, a população se sente atraída por esses locais, onde há união de diversas atividades, tais como destinadas ao comércio, comidas, artesanatos, varejo de objetos. (PINTAUDI,2006)

Pintaudi (2006), ainda conclui:

“O mercado passa a ser uma referência municipal, um espaço que retrata direta e/ou indiretamente a cidade e até a cultura da população local. Caracteriza-se por ser mais organizacional do que a feira, possuir uma infraestrutura de água, esgoto e eletricidade; sua área é delimitada e dividida em boxes destinados à comercialização de carnes, cereais, hortigranjeiros e outros.” (pag.25.

5. CORRELATOS E ABORDAGENS

No presente capítulo, apresentam-se de correlatos com o propósito de analisar principalmente sua forma funções e técnicas que contribuíram para a elaboração da proposta projetual do mercado público municipal com objetivo de revitalização ao moinho Badotti para a cidade de Cascavel –Pr.

5.1. MUSEU GUGGENHEIM BILBAO – FRANK GEHRY

Localizado à beira do Rio Nervión O Museu Guggenheim de Bilbao na Espanha, é um espetáculo a céu aberto, assim como mostra a figura 01. No decorrer deste tópico será abordado como referência para o projeto proposto e as intenções formais de Frank Gehry, visando aplicar alguns desses conceitos no projeto do mercado público municipal.

5.1.1. ASPECTOS FORMAIS

O museu é caracterizado pelo conjunto complexo de formas curvilíneas revestidas de placas de titânio, respondendo a um programa extenso e um contexto urbano industrial. Projetado de Frank Gehry, além de mudar a visão de outros arquitetos e usuários sobre museus, impulsionou a economia de Bilbao. (PAGNOTTA, 2016). Isso ocorre porque a estrutura desafia as conexões e contradições entre arte e arquitetura e seu exterior produz grande impacto visual: planos contorcidos que configuram uma série orgânica de volumes irregulares que, à primeira vista, não revelam ordem ou hierarquia. Contudo, na extensão de sua fachada nota-se que a composição exibe um grande átrio envidraçado, tornando-se o epicentro da explosão volumétrica e servindo de apoio às galerias e salas de exposição. A forma do edifício, em alguns momentos, torna-se indescritível, pois os planos pulam, ora somem, ora aparecem.

Rego (2001), relata que arquitetura escultórica do Guggenheim mostra que formas são abstratas, mas continuam tendo seu significado arquitetônico, é possível o contato com o exterior e com os edifícios vizinhos. A marquise (pára-sol) disposta no pano de vidro permite

vislumbrar o rio, e por mais inusitada que seja sua figura, ainda faz reconhecer seu papel. É notória a preocupação do arquiteto com o valor plástico das formas livres e dos materiais das placas metálicas dispostas em escamas, dos gigantescos contrastes entre a grande pele de vidro e as armações metálicas sem função explícita, conforme a figura 01.

Figura 1: Museu Guggenheim - Bilbao, Espanha



Fonte: Heald, (2017).

Figura 2: Contrastes que a obra expressa entre os materiais, interior e exterior



Fonte: Evelyn S, (2015).

5.2. MUSEU DO AMANHÃ SANTIAGO CALATRAVA

O museu do amanhã projetada por Santiago Pevsner Calatrava Valls está localizado no Rio de Janeiro com a modificação urbana do entorno da praça Maúa. É uma obra que

compartilha por completo com o entorno e com esse cenário o arquiteto transmite em sua obra um partido escultural inserido no espaço urbano em grande escala, abrigando exposições audiovisuais de caráter intimista (Grunow ,2018). Baseado nisso, o correlato é de grande importância nas relações de espaços e técnicas construtivas estando ligada ao projeto.

5.2.1. TÉCNICAS CONSTRUTIVA: COBERTURA

Estruturalmente, o projeto é composto por dois conjuntos interconectados, a cobertura metálica e o invólucro de concreto que a sustenta e veda o museu. Ambos concebidos e dimensionados com o elevado grau de complexidade e personalização próprio do partido escultural. A cobertura foi produzida em partes - 48 no total - a partir de perfis tubulares fabricados em Portugal. A montagem de cada seção ocorreu no próprio canteiro, com o posterior transporte vertical até os mais de 20 metros de altura de instalação. (VICTOR DELAQUA,2016).

A transição entre cobertura e base de concreto ocorre através de pontos de contato concentrados na porção central do edifício, de modo a configurar os balanços perimetrais de 75 metros cada, que tiram partido da vista panorâmica da baía da Guanabara, de um lado, e para a praça Mauá, do outro. (ERIC OH,2015).

Figura 3: Museu do amanhã



Fonte: Cintia, (2015).

5.3. MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Francisco de Paulo Ramos de Azevedo é autor do mercado municipal Paulistano, sendo projetada em 1925 e finalizada cinco anos depois. O local foi elaborado não com intuito de atender só a procura na região central, porem de um modo de consolidar a figura da metrópole do café. Atualmente os visitantes encontram praticamente tudo no mercadão, através de seus 12.600 metros quadrados construídos entre eles: frutas, leguminosas, verduras, carnes, peixes, temperos, cereais e uma grande variedade de produtos de todo o país, além de bares e restaurantes. (SCANDAROLLI, 2009).

Figura 4: Vista frontal do mercado municipal de São Paulo



Fonte :Paulo Elísio, (2010)

5.3.1. ASPECTOS FUNCIONAIS

Com uma área de 12.600 metros quadrados o mercado municipal apresenta uma setorização claramente especificada, nas quais, a parte central do edifício se determina pelo comercio em geral conhecidos como boxes e circulações entre o meio. Deste modo na

extremidade superior, quanto no inferior da planta do mercado há ocorrência de torres, elemento bastante utilizado em gêneros arquitetônicos clássico e no ecletismo na qual a linguagem do mercado é desenvolvida. Nas torres estão localizados os acessos ao mercado no pavimento térreo e restaurantes no andar superior, os quais se conectam –se com a praça de alimentação instalada em um mezanino. (MARCELO SCANDAROLLI ,2011).

No mercado apresenta outros ambientes sendo ele panificadora, estabelecida na parte superior na esquerda, docas na área central superior e uma sala de eventos na extremidade superior a direita (SERAPIÃO,2009) (ver figura 04).

Figura 4: Planta baixa



Fonte: Pedro Paulo de Melo Saraiva, (2003).

5.3.2. AMBIENTAIS

Instalado na região do centro histórico de São Paulo o mercado se relaciona com a movimentação diária, em razão a imediação da rua 25 de março que tem como fluxo de pessoas que utilizam de seus serviços ou trabalham lá. O terreno em que está inserido o mercado possui seu formato de um trapézio na qual suas extremidades em triângulos

retângulos, atende como estacionamento, realizado nele um corte no terreno para a construção de um subsolo que recebe a parte de serviços e apoio do prédio abaixo das docas. (SARAIVA, 2003).

Figura 5: Implantação e entorno do mercado

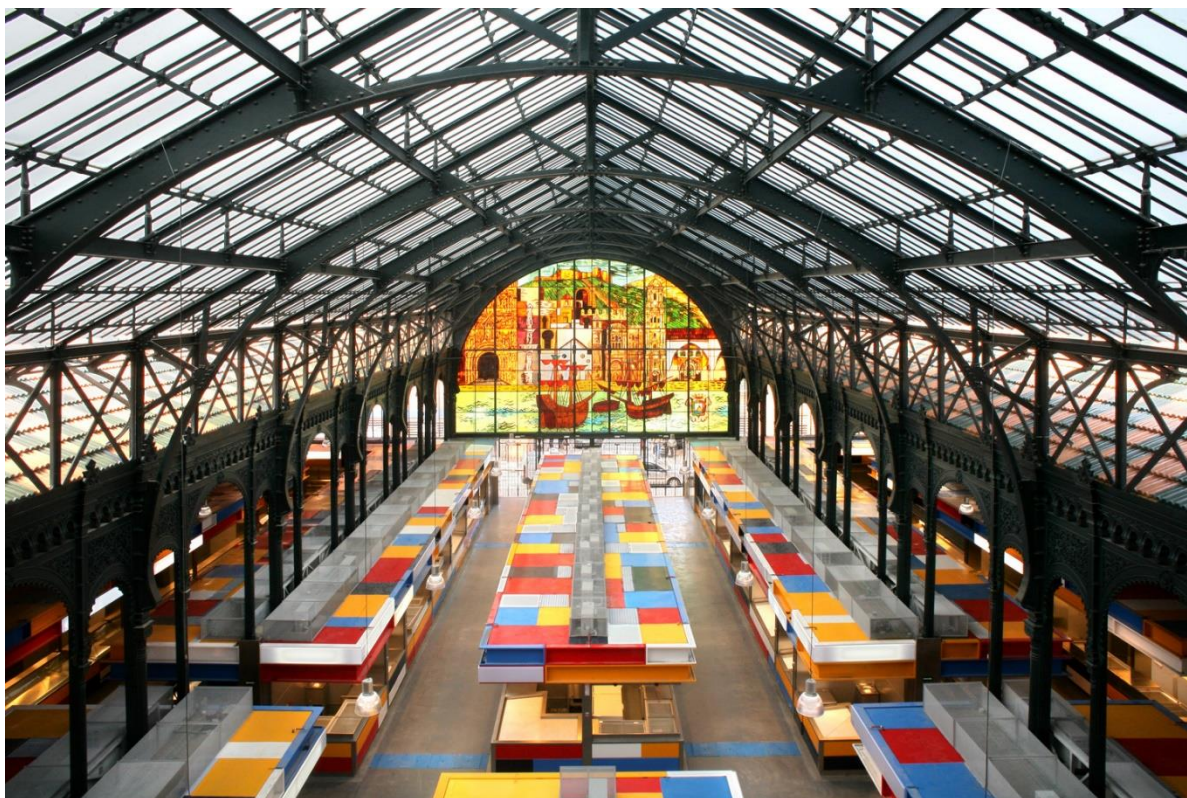


Fonte: Marcon, (2007)

5.4. MERCADO MUNICIPAL DE ATARANZAS

O mercado Municipal de Ataranzas, localizado na cidade de Málaga na Espanha foi restaurado pelo escritório Aranguren Gallegos Arquitectos no ano de 2010. Sua estrutura feita de ferro do final do século XX foi recuperada, ressaltando seu caráter monumentalidade arquitetônica. A reabilitação do mercado, busca o respeito integral à concepção arquitetônica e espacial do edifício existente, sua ação fundamental é projetar uma organização formal e espacial das posições que permitem a visão do grande espaço do mercado, ao mesmo tempo em que facilita adaptação do conjunto as necessidades atuais, de modo a esclarecer e melhorar a circulação do usuário. (VADA,2013).

Figura 6: Vista interna do Mercado municipal de Ataranzas

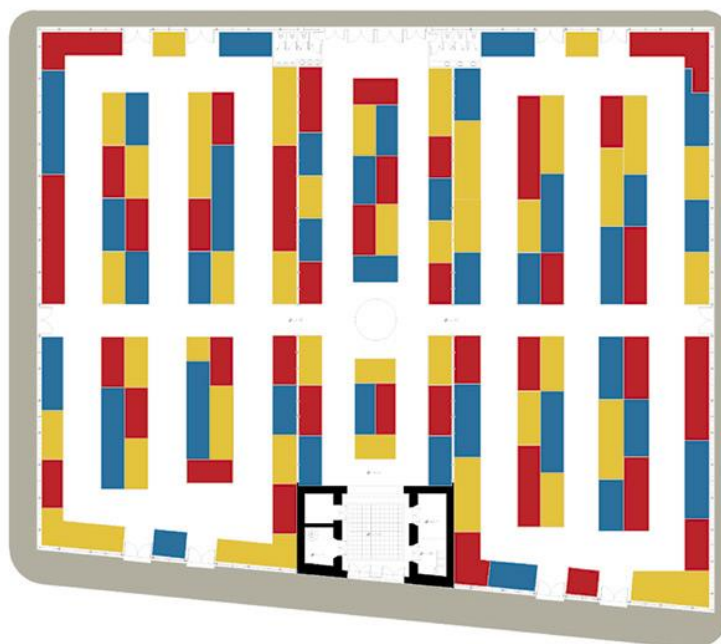


Fonte: Mini Clubman , (2013).

5.4.1. ASPECTOS FUNCIONAL

A nova remodelação busca respeito integral e concepção espacial junto com o arquitetônico do edifício existente e sua ação fundamental é projetar uma organização formal e espacial. Os boxes, como podem ser vistos nas imagens abaixo foram organizadas de forma assimétricas, com uma linguagem contemporânea no entanto concebem um espaço que permite a limpeza e manutenção. (VADA,2013).

Figura 7: Planta baixa do mercado municipal de Ataranzas



Fonte: Mini Clubman ,(2013).

5.5. CONCLUSÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS CORRELATOS

O estudo dos correlatos aqui apontado propiciou a observação de vários pontos que auxiliaram na elaboração da resolução projetual deste trabalho, pode-se afirmar que cada referencial teórico e cada correlata analisada ira contribuiu para a proposta arquitetônica.

O estudo do Museu Guggenheim, de Frank Gehry, influenciou na proposta formal do Mercado Público Municipal para Cascavel –PR, dado o estilo desconstrutivista nele empregado, em especial, as formas com sobreposição e articulação, deformação e deslocamento e a forma com que explora a formação, dando fluência à criação de formas irregulares e não objetivas. Ao utilizar tal referencial, prima-se pela ideia de que o edifício aqui proposto tenha imponentia e contraste com seu entorno, tornando –se assim um símbolo monumental para a cidade de Cascavel.

O museu do amanhã, do arquiteto Santiago Pevsner Calatrava Valls chama atenção para as soluções arquitetônicas que colocam o homem como principal desbravador de sua arquitetura, preocupando-se desde a escolha de implantação, considerando os aspectos culturais e históricos até os matérias a serem utilizados, com semelhante intenção orienta a criação do Mercado Público municipal ou seja, pautando-se os conceitos e soluções

arquitetônicas que Calatrava utilizou para desenvolver o projeto do museu do Amanhã por exemplo, sua cobertura trabalhada em estrutura metálica vencendo grandes vão e transforma-se em princípios esculturais de grande inovação estético permitindo destacar como um conjunto toda a obra.

O mercado Municipal de São Paulo também forma fontes de inspiração para o projeto pelo aspecto funcional, elemento principal no qual apresenta uma setorização claramente especificada. O mercado municipal de Ataranzas, por fim, foi umas das fontes de inspiração para o Mercado Público Municipal pela forma assimétrica e moderno no seu interior, claramente contemporânea e agradável para os usuários nesse espaço.

6. DIRETRIZES PROJETUAIS E APLICAÇÃO NO TEMA

Baseando-se no conteúdo exposto nos capítulos anteriores, é possível compreender como o projeto, propriamente dito, foi desenvolvido, através das junções de conceitos, materiais e técnicas inspiradas em diferentes obras arquitetônicas. Visando complementar os estudos até então expostos, no decorrer deste capítulo, apresentar-se-á as diretrizes básica para realização do projeto aqui proposto, enfatizando o contexto histórico da cidade no qual será implantado, o terreno, o partido arquitetônico e o programa de necessidades. Todos esses elementos possibilitam a criação de um Mercado Público Municipal adequado às necessidades específicas do seu contexto.

6.1. HISTÓRIA DE CASCAVEL

Segundo Sperança (1992), a cidade de Cascavel era uma vila conhecido como lugar de passagem, que ligavam ao porto na foz do Rio Iguaçu, a Encruzilhada (aparentemente a área que compreende a Avenida Brasil, esquina com a Rua Osvaldo Cruz e arredores era conhecida por Encruzilhada dos Gomes, depois se tornou Aparecida dos Portos). Habitada desde 1920, oficialmente em 1930, acabou por absorver o nome dado ao rio e pouso dos tropeiros de antigamente.

Ainda conforme o relato de Sperança (1992), no começo da segunda década do século XX, quando os migrantes juntamente com argentinos e paraguaios, se dedicaram ao extrativismo da erva-mate para as grandes empresas da região, a cidade já contava, com uma infraestrutura de estradas desenvolvidas, para a época. Essa foi considerada a primeira fase extrativista.

A segunda fase se dá pelo chamado ciclo da madeira, o qual atraiu milhares de colonos sulistas, famílias na maioria descendentes de poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Estes colonos sulistas formaram a base populacional da cidade. Juntamente com os migrantes sulistas, houve a colonização por caboclos e tropeiros oriundos das regiões cafeeiras. (SPERANÇA, 1992)

Após essas duas fases extrativistas, o desenvolvimento da cidade foi consequência da agricultura que se baseava nas culturas de soja e trigo. O capital gerado por essa produção de grãos contribuiu no crescimento da cidade entre as décadas de 1960 e 1980. (DIAS,2005).

Conforme Dias (2005), nos anos de 1960, o crescimento da cidade de Cascavel ocorreu em ritmo acelerado, de 4.874 habitantes passou a ter 34.813 no fim da década. E foi em meio a esse crescimento e desenvolvimento que surge o antigo moinho Badotti.

Figura 8: Mapa de localização de Cascavel -PR, Brasil



Fonte :eventos Unioeste, (2016).

6.1.1. DESENVOLVIMENTOS DO MOINHO BADOTTI

O moinho Badotti, conhecido antigamente como moinho Corbélia, foi planejado pelo Engenheiro Civil Adroaldo Dai no ano de 1967, sua construção se compõem com o processo socioeconômico do município no período de mecanização no campo, tornando-se, ainda, ícone das atividades agroindustriais da região (ESSER, 2008).

Segundo Esser (2008), depois que foi edificado o moinho Badotti houve algumas alterações em suas dependências, sala de ensaque e sala de insumos, contudo se conservou – se o original em seu aspecto formal. Também ocorreu aperfeiçoamentos nas melhorias na instalação elétrica e a instalação de um sistema de hidrante, além do reforço estrutural na estrutura e nas escadas.

No ano de 1997, a atividade do moinho foi paralisada por razões internas, e foi retomada somente no ano de 2004. Contudo, devido a uma série de exigências por parte dos órgãos públicos competentes, foi necessário uma série de adequações nas instalações do edifício. Assim, em 2003, foi realizada uma grande reforma neste aspecto, quando foi trocada toda instalação elétrica, instalado o sistema de hidrante 61 para incêndio, algumas aberturas foram fechadas para que minimizasse o ruído para o exterior e, ainda, a circulação vertical foi reformulada. (ESSER,2008).

Conforme a Carta de Nizhny Tagil (2003), a obra deve-se referir como um patrimônio industrial, conforme representa o testemunho das atividades que houve e que ainda têm profundas consequências históricas, referindo-se à identidade de homens e mulheres amparando desta forma sua proteção.

Figura 9: Fachada principal Moinho Badotti, Cascavel - PR



Fonte: Arquivo pessoal da autora, (2018).

Figura 10: Rua Rio Grande do Sul - fachada lateral Moinho Badotti, Cascavel - PR

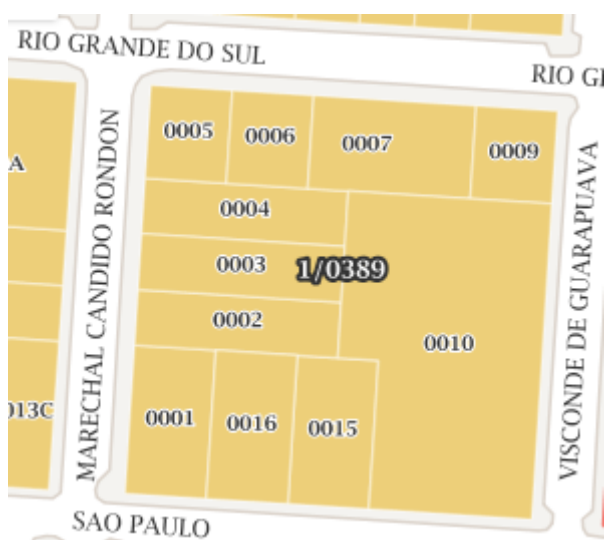


Fonte: Arquivo pessoal da autora, (2018).

6.1.2. TERRENO DE IMPLANTAÇÃO

O terreno proposto para abrigar o mercado público municipal de Cascavel - Paraná localiza-se na rua Rio Grande do Sul, confrontando com a Rua Visconde de Guarapuava, Rua São Paulo e Rua Marechal Rondon trata-se de uma área de aproximadamente 7.810,00m², atualmente, a área encontra-se com a edificação do antigo moinho Badotti desativada.

Figura 11: Localização do terreno



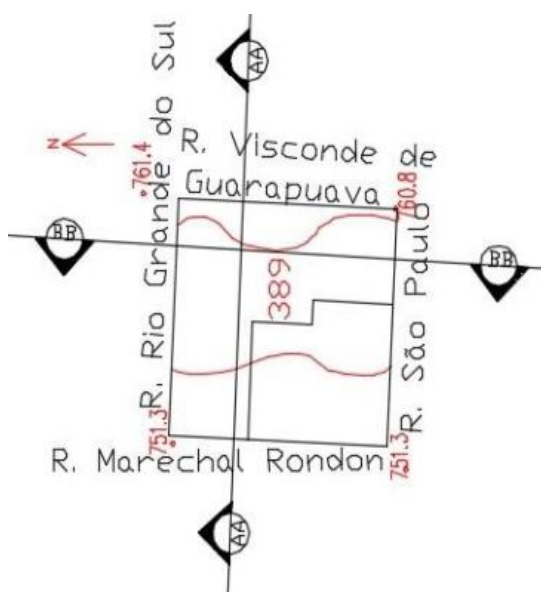
Fonte: Geocascavel,(2018).

A escolha do terreno para a implantação do edifício se pautou, primeiramente, pela facilidade de acesso e pela localização central, próxima à área comerciais, prestação de serviços, além de edifícios residenciais. Outro fator de extrema relevância e decisivo para a escolha do terreno é dar um novo reuso e recuperar uma área abandonada no centro da cidade, tornando-se um patrimônio industrial para a cidade.

Tendo como objetivo projetual, foi realizado consulta prévia do lote, que se encontram nos anexos. O moinho está situado na quadra de número 389 considerando que se encontram na ZEA1-Centro 2, foram calculadas as taxas, coeficientes e recuos, que embasarão a construção do projeto, tendo os seis lotes como remembramento.

O terreno da implantação apresenta diferentes níveis nas quatro direções, terreno como mostrado em seu perfil e nos cortes AA e BB conforme figuras 12, 13 e 14 o que permite trabalhar com a forma e a estética do projeto partindo da topografia do terreno.

Figura 12: Cortes do terreno



Fonte: Ana Rosa,(2016).

Figura 13: Corte AA



Fonte: Ana Rosa, (2016).

Figura 14: Corte BB



Fonte: Ana Rosa, (2016).

6.1.3. CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

O conceito norteador da proposta de restauração e intervenção no moinho Badotti é o respeito ao patrimônio edificado, realizando a mínima intervenção possível na edificação, com o propósito de revitalizar e valorizar a área em questão. Desta forma, consideramos, que ao realizar a revitalização do imóvel escolhido, tal iniciativa poderá incentivar a sociedade a preservar o patrimônio histórico-cultural da cidade que lhe pertence, estabelecendo sua importância e seus valores que, na maioria das vezes, é totalmente abandonado. O projeto do mercado pretende criar um espaço de reuso no moinho Badotti com capacidade de abrigar as diferentes culturas e atrair a população para o uso do espaço.

Para Lerner, (2005) a cidade é um cenário de encontro e o Mercado proporciona isso dando-lhe mais vida.

“Uma boa acupuntura é ajudar a trazer gente para a rua, criar pontos de encontros e, principalmente, fazer com que cada função urbana catalise bem o encontro entre as pessoas”
(LERNER, 2005.pág.47).

O projeto, portanto, é desenvolvido, a partir de uma linguagem arquitetônica já existente, no entanto o mercado será um anexo, contendo elementos contemporâneos que possibilitam diferenciar o anexo com o moinho porém que transmite sensação do passado, para o novo onde –se fomenta ambientes agradáveis e funciona a obra.

6.1.4. PROGRAMA DE NECESSIDADE

Para planejar o programa de necessidade, tornou-se como princípios, o programa de necessidades dos mercados públicos correlatados nesse trabalho. Elementos como a população do município, determinou os ambientes. O mercado apresenta dois tipos de áreas :as áreas sócias, que concebe os boxes, área de restaurante, cafeteria, estacionamento entre outros e as áreas de serviços que compreendem a administração, plataforma de carga e descarga, deposito e vestiários.

Tabela 1: Programa de necessidades

Ambientes	Quantidade	Área (m ²)
Boxes: hortifrutigranjeiros, artesanato, carnes/peixes, pães e massas	70	3X4 área total 12 m ²
Banheiros	7	20m ²
Café cultural	1	40m ²
Praça de alimentação	25	35m ²
Área para convívio: exposições manifestações populares	1	200m ²
Lojas locáveis	10	50m ²
Sala de multiuso	2	180m ²
Escritório para administração do mercado	1	70m ²
D.M.L e sala de Manutenção	2	30 m ²
Vestiário e banheiros para funcionários	2	35 m ²
Deposito	2	50m ²
Copa para funcionário	1	25 m ²
Estacionamento	85	
Área de carga e descarga	4	

Todo dimensionamento foi feito com base nos usuários que irão usufruir diariamente do espaço, interligando com a organização, assim o programa de necessidade do mercado

público tem como objetivo atender a todos os requisitos mínimos da obra da maneira funcional e socioambiental confortável, dentro das possibilidades existentes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado através de embasamentos teóricos e bibliográficos, apresentou como objetivo principal a inserção de um mercado público municipal para a cidade de Cascavel –Pr, através da proposta de revitalização ao moinho Badotti partido da importância do patrimônio histórico-cultural em manter protegida sua história e identidade, a proposta também busca um local adequado para tais práticas de comércio que hoje não se encontra na cidade.

Cascavel hoje contém a feira do produtor, realizada em pontos diferentes conforme os dias, sendo assim o local a ser projetado o mercado passa a ser de modo permanente, no qual além de receber uma obra, um ponto turístico, um marco para a cidade, local que reunira diferentes culturas, tradições, tornando-se expostas com um mesmo objetivo, a interação da sociedade, para além das práticas comerciais, tornarem ali um espaço de referência histórica a cidade.

Dando o suporte ao trabalho quatro correlatos foram empregados nos quais se buscou semelhanças e embasamentos a serem aplicados no projeto. Os correlatos deram subsídios ao resgate formal, ambiental e funcional dos ambientes, essa diretriz orienta para seu bom funcionamento. Por fim o objetivo de implantar um grande centro de comércio na cidade de Cascavel propõe-se em trabalhar de forma harmônica a uma obra já existente compreendendo seu valor histórico.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística / Benedito Abbud**: 2ª Edição – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- ALVES, Lidiane Aparecida, FILHO, Vitor Ribeiro. **Os Mercados Públicos e a Cidade**: as transformações do mercado municipal de Uberlândia (MG). Uberlândia, 2011.
- AZEVEDO, P.O.D. **A recuperação do patrimônio habitacional como alternativa complementar para a solução de moradia no Brasil**. In: SIMPÓSIO SOBRE BARATEAMENTO DA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL, 1987. Tema II. Trabalho 67.
- BERVIAN, P.A; CERVO, A.L; SILVA, R.D. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.
- BONDUKI, N. **Intervenções Urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN/programa monumenta 2010. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf> Acesso em :8 de abril.2018.
- BRANDI, CESARI. **Teoria de Restauração**. Alianza editorial .1988.
- BRAYNER, N. G. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília: IPHAN, 2007.
- CARSALADE, F. L. **A ética das intervenções**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual%20de%20Referencia%20-%20Gestao%20do%20Patrimonio%20Mundial%20Cultural.pdf> acesso em 15 de março.2018.
- CASTELNOU NETO, Antônio Manoel N. **A intervenção arquitetônica em obras existentes**. Londrina: Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina, 1992.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

COELHO, C. Cap 2; In: BRAGA, M. (Org.). **Conservação e restauro:** arquitetura. Rio de Janeiro: Rio, 2003. cap 2, p.19

DELAQUA, V. **Museu do Amanhã/Santiago Calatrava.** Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/785756/museu-do-amanha-santiago-calatrava>>. Acesso em 28 de maio de 2018.

DIAS, C. S; FEIBER, F. N; MUKAI, H; DIAS, S. I. S. **Cascavel:** um espaço no tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

ESSER, R. **Casa de cultura:** Readequação do Moinho Badotti. 2008. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade Assis Gurgacz. Disponível em: <http://www2.fag.edu.br/professores/arquiteturaeurbanismo/TC%20CAUFAG/TC2008/Renata%20Esser/Trabalho%20Te%3rico%20Renata%20Esser.pdf> acesso em 13 de março.2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILHO, J, A, D,L. **Paisagismo: princípios básicos.** Minas Gerais :Aprenda fácil,2001.

GIL, C.A. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.**6 ed. São Paulo :Atlas,2008.

GHIRARDELLO, N; SPISSO, B; FARIA, G. G. M; RADECKI, H. S; SOPHIA, P. E. M; IGNATIOS, R. P. V, et al. **Patrimônio histórico:** como e por que preservar. São Paulo 2008.Disponível em:<http://www.ouopreto.mg.gov.br/uploads/porta1_do_patrimonio_ouro_preto_2015/Patrimonio%20Historico-como%20e%20por%20que%20preservar.pdf > acesso em: 20março. 2018

GOMIDE, J. H.; SILVA, P. R.; BRAGA, S. M. N. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.** Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Disponível em<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf> acesso em: 25 março. 2018.

GRANATO, M; CAMPOS, G. N. **Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos.** 2013. *MIDAS*. Disponível em: <<https://midas.revues.org/131>> acesso em 15 março 2018.

GRUNOW, E. **Santiago Calatrava :Museu do amanhã, Rio de Janeiro**. Projeto design ed.428.2018.Disponível em <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/santiago-calatrava-museu-amanha-rio-janeiro>.Acesso em :18 março .2018.

KÜHL, Beatriz M. **Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

LE GOFF, J.**O apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo :Martins ,1992.

LERNER, J. Acupuntura urbana.6.ed.São Paulo. Editora: Record,2005.

LUSO, E.C.P; LOURENÇO, P.B; ALMEIDA, M.G. **Breve história da teoria da conservação e do restauro**. 2004. MINHO. Disponível em <http://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag%2031-44.pdf> acesso em 14 março.2018.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho Científica**:7ª ed. São Paulo: Atlas,2013.

NIZHNY TAGIL. CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL.2003. Disponível em<<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>> acesso em 11 de março.2018.

OH, ERIC. **Em foco: Santiago Calatrava**. Disponível em < <https://www.archdaily.com.br/br/624620/em-foco-santiago-calatrava>>. Acesso em 15 de maio 2018.

OLIVEIRA, Lisete Samersla. **Espaços abertos em indústrias: percepção dos usuários e suas preferências**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009

PAGNOTTA, BRIAN. **Clássicos da Arquitetura :Museu Guggenheim de Bilbao/Gehry Partners [AD Classics:The Guggenheim Museum Bilbao /Gehry Partners]**25 Abr 2016.ArchDaily Brasil. (Trad. Souza, Eduardo). Disponível em :< <https://www.archdaily.com.br/br/786175/classicos-da-arquitetura-museu-guggenheim-de-bilbao-gehry-partners>>. Acesso em 11 de março 2018.

PINTAUDI, Silvana Maria, **Os Mercados Públicos: Metamorfose de um espaço na história urbana**. Departamento de Planejamento Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

PREVIERO, H. N. B. N. **Revitalização da antiga Fábrica de fiação e tecelagem Jafet**. São Paulo, 2013.

REGO, R, L. **Relações entre cidades e museus contemporâneos**. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/44769/48399>>. Acesso em 19 de maio 2018.

RODRIGUES, A. R; CAMARGO, M. J. **O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo**. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 140-165.

ROMERO, Marta Adriana Busto. **Arquitetura Bioclimática do Espaço Público**. Editora UNB, 2001

SARAIVA, P, P, D, M. **Mercado municipal de São Paulo**. Disponível em <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/pedro-paulo-de-melo-saraiva-revitalizacao-de-17-11-2004>> .Acesso em 14 de março 2018.

SERAPIÃO, F. **Funcionalidade do mercado público de São Paulo**. Disponível em <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/artigos/artigo-o-edificio-invisivel-e-a-cidade-inexistente-01-03-2000>>. Acesso em 22 de maio 2018.

SPERANÇA, Alceu A..CASCAREL, A HISTÓRIA. Curitiba: Lagarto,1992.

SCANDAROLLI, M.A **História e a arquitetura do Mercado municipal Paulistano**. São Paulo: Galeria da arquitetura,2009.

TARDIN, R. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Senac,2010.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Revista de História e Estudos Culturais, 2010.

ULRICH, R. S. **Biophilia, biophobia and landscape**. Press/ Shearwater Books, hypothesis. Washington, 1993.

VADA, PEDRO. **Projeto de remodelação do mercado municipal de Atarazanas**. Disponível em< <https://www.archdaily.com.br/br/01-131352/projeto-de-remodelacao-do-mercado->

municipal-de-atarazanas-slash-aranguren-and-gallegos-arquitectos>. Acesso em 26 de março 2018.

VELOSO, M. O moderno no passado: projetos de reusos adaptativos como estratégia de conservação do patrimônio histórico edificado. In: **Anais do III seminário projetar**, 2007, Porto Alegre.

WATERMAN, T. **Fundamentos do Paisagismo: desenho urbano**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES 1: CONSULTA PRÉVIA DO TERRENO 0005, QUADRA 389



Município de Cascavel Instituto de Planejamento de Cascavel - IPC Consulta de Viabilidade de Edificação



Dados Cadastrais

Cadastro:	106017000	Inscrição:	0001.0389.0005	Nr consulta:	20643/2018	Data:	28/05/2018
Loteamento:	LOTEAMENTO CENTRO	Quadra:	0389	Lote:	0005		
Logradouro:	RIO GRANDE DO SUL	Número:	1469	Bairro:	CENTRO		
Área Lote (m²):	550.0	Área Unidade (m²):	0.0	Testada Princ.	22.0	Testada Sec. (m):	25.0

Zoneamentos



Cor	Nome	Descrição
	ZE 1 - Centro 1	Zona de Estruturação e Adensamento 1 - Subzona Centro 1

Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Min. (%)	
ZEA 1 - Centro 1	100.00	550.0000	80 (*9) (*22)	10 (*10)	
Zona	R. Fron. Min. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
ZEA 1 - Centro 1	- (*4) (*21)	0,3 (*1)	5 (*8)	7 (*2) (*23)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR3, NR2]
Zona	Altura Max.	R. Lat/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Min./Res. (m²)	
ZEA 1 - Centro 1	- (*3)	h/20 (*5)	-	- (*7) (*18)	

Observações

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

- (*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.
- (*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.
- (*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.
- (*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.
- (*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.
- (*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.
- (*7) - A fração obtida no cálculo do número de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6.
- (*8) - Na ZEA1-Centro1 o Coeficiente de Aproveitamento Básico será acrescido de 0,5 sem cobrança de outorga para os lotes cuja ocupação for mista contendo, uso comercial ou de serviços, e, uso residencial.
- (*9) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 90% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas). Exceto nas áreas dentro da Bacia do Rio Cascavel
- (*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.
- (*18) - Nas edificações residenciais em série a Quota Mínima de terreno será de 125 m² por unidade.
- (*21) - A partir de 30 metros de altura, as edificações deverão respeitar recuo frontal mínimo de 3 metros.
- (*22) - Nas áreas de ZEA -1, quando na Bacia do Rio Cascavel, deverão utilizar mecanismos para retenção hídrica na metade da área da taxa de ocupação utilizada, com o objetivo de recarga no lençol freático.
- (*23) - Para ZEA - 1 na Bacia de abastecimento manter o coeficiente de aproveitamento básico 3 e possibilidade de atingir 7 com outorga onerosa.

Atenção

Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito de construir. A manifestação do IPC restringe-se a análise da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017, havendo alteração desta, a presente consulta estará automaticamente cancelada. Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas, valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente.

Nos lotes atingidos parcialmente pela Zona de Fragilidade Ambiental Urbana - Subzona de Proteção, poderá ser computado para o cálculo do C.A. Bás. a área total do imóvel, devendo a edificação ser implantada totalmente dentro da zona edificável do lote.

Início da obra somente após a expedição do Alvará de Construção. O estabelecimento deve atender as normas de acessibilidade, conforme disposto no art. 11, do Decreto Federal 5.296/2004 em conformidade com a NBR 9050/2015.

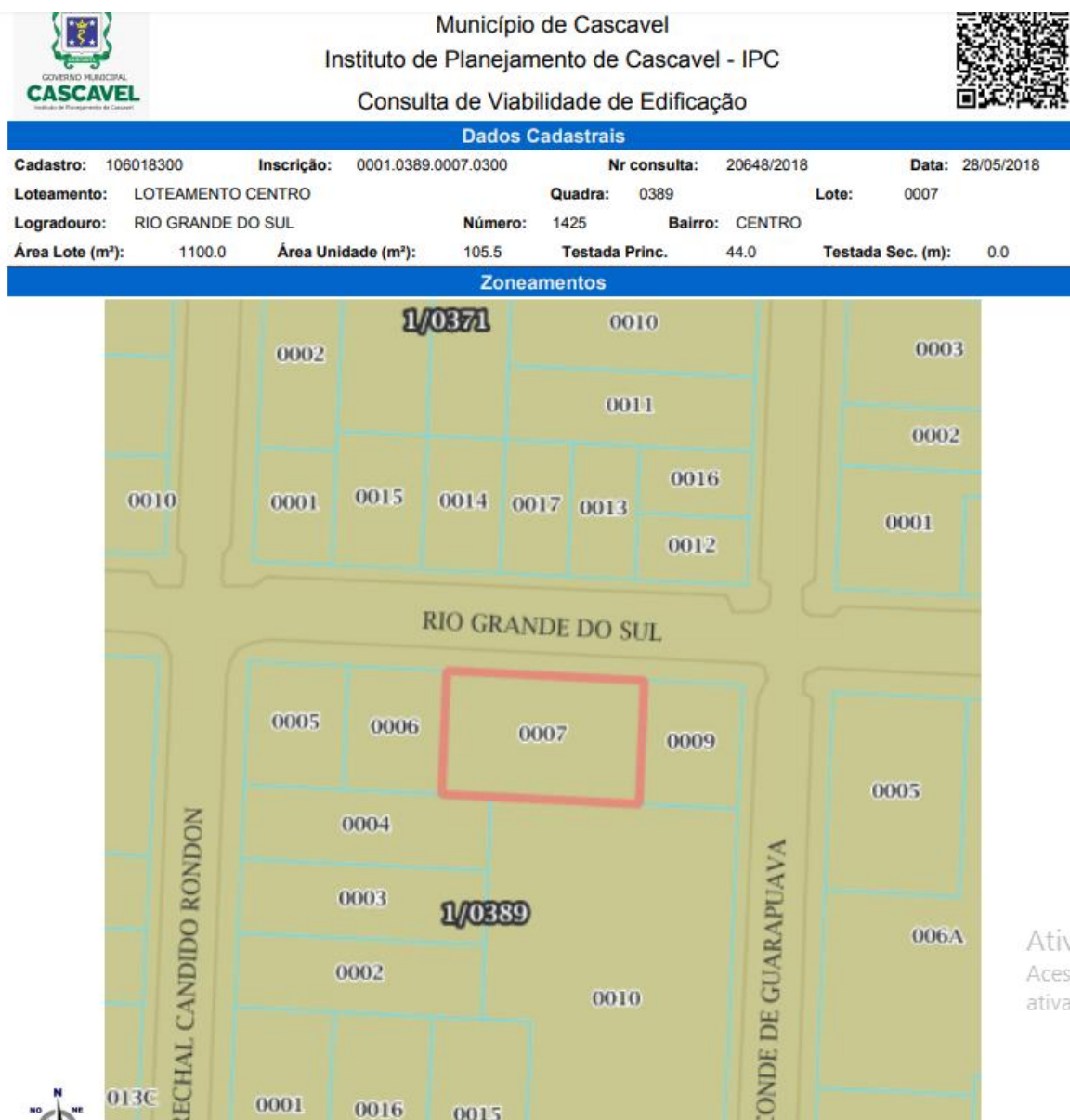
O deferimento da consulta não concede o uso da propriedade e o direito de iniciar as atividades sem o devido alvará de estabelecimento.

Em caso de Condomínio Edilício acima de 20 unidades, o Interessado deverá protocolar solicitação de diretrizes básicas.

As calçadas devem atender o disposto na Lei Municipal nº 5774/2011 - Programa: 'CALÇADAS DE CASCAVEL'.

As vagas de estacionamento deverão ser atendidas conforme anexo IV da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.696/2017. Para Consulta de Edificação de lotes que não constam no GeoCascavel, entrar em contato com a Instituto de Planejamento de Cascavel.

APÊNCICES 2: CONSULTA PRÉVIA DO TERRENO 007



Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Min. (%)	
ZEA 1 - Centro 1	100.00	1100.0000	80 (*9) (*22)	10 (*10)	
Zona	R. Fron. Min. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
ZEA 1 - Centro 1	- (*4) (*21)	0,3 (*1)	5 (*8)	7 (*2) (*23)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR3, NR2]
Zona	Altura Max.	R. Lat/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Min./Res. (m²)	
ZEA 1 - Centro 1	- (*3)	h/20 (*5)	-	- (*7) (*18)	

Observações

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

(*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.

(*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.

(*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.

(*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.

(*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(*7) - A fração obtida no cálculo de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6.

(*8) - Na ZEA1-Centro1 o Coeficiente de Aproveitamento Básico será acrescido de 0,5 sem cobrança de outorga para os lotes cuja ocupação for mista contendo, uso comercial ou de serviços, e, uso residencial.

(*9) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 90% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas).

(*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.

(*18) - Nas edificações residenciais em série a Quota Mínima de terreno será de 125 m² por unidade.

(*21) - A partir de 30 metros de altura, as edificações deverão respeitar recuo frontal mínimo de 3 metros.

(*22) - Nas áreas de ZEA -1, quando na Bacia do Rio Cascavel, deverão utilizar mecanismos para retenção hídrica na metade da área da taxa de ocupação utilizada, com o objetivo de recarga no lençol freático.

(*23) - Para ZEA - 1 na Bacia de abastecimento manter o coeficiente de aproveitamento básico 3 e possibilidade de atingir 7 com outorga onerosa.

Atenção

Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito de construir. A manifestação do IPC restringe-se a análise da Lei Municipal de Uso do Solo nº 6.896/2017, havendo alteração desta, a presente consulta estará automaticamente cancelada. Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas, valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente.

Nos lotes atingidos parcialmente pela Zona de Fragilidade Ambiental Urbana - Subzona de Proteção, poderá ser computado para o cálculo do C.A. Bás. a área total do imóvel, devendo a edificação ser implantada totalmente dentro da zona edificável do lote.

Início da obra somente após a expedição do Alvará de Construção. O estabelecimento deve atender as normas de acessibilidade, conforme disposto no

APÊNDICES 3: CONSULTA PRÉVIA DO TERRENO 0010, QUADRA 389

Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Min. (%)	
ZEA 1 - Centro 1	100.00	4235.0000	80 (*9) (*22)	10 (*10)	
Zona	R. Fron. Min. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
ZEA 1 - Centro 1	- (*4) (*21)	0,3 (*1)	5 (*8)	7 (*2) (*23)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR3, NR2]
Zona	Altura Max.	R. Lat/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Min./Res. (m²)	
ZEA 1 - Centro 1	- (*3)	h/20 (*5)	-	- (*7) (*18)	
Observações					

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

(*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.

(*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.

(*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo Único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.

(*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.

(*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(*7) - A fração obtida no cálculo do número de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,5.

(*8) - Na ZEA1-Centro1 o Coeficiente de Aproveitamento Básico será acrescido de 0,5 sem cobrança de outorga para os lotes cuja ocupação for mista contendo, uso comercial ou de serviços, e, uso residencial.

(*9) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 90% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas). Exceto nas áreas dentro da Bacia do Rio Cascavel

(*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.

(*18) - Nas edificações residenciais em série a Quota Mínima de terreno será de 125 m² por unidade.

(*21) - A partir de 30 metros de altura, as edificações deverão respeitar recuo frontal mínimo de 3 metros.

(*22) - Nas áreas de ZEA -1, quando na Bacia do Rio Cascavel, deverão utilizar mecanismos para retenção hídrica na metade da área da taxa de ocupação utilizada, com o objetivo de recarga no lençol freático.

(*23) - Para ZEA - 1 na Bacia de abastecimento manter o coeficiente de aproveitamento básico 3 e possibilidade de atingir 7 com outorga onerosa.

Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo					
Zona	Área (%)	Área (m²)	TO Máx. (%)	TP Min. (%)	
ZEA 1 - Centro 1	100,00	4235.0000	80 (*9) (*22)	10 (*10)	
Zona	R. Fron. Min. (m)	CA Min	CA Bas	CA Max	Atividades Permitidas
ZEA 1 - Centro 1	- (*4) (*21)	0,3 (*1)	5 (*8)	7 (*2) (*23)	(II) - [NR5, R2, R3, NR6, NR1, NR3, NR2]
Zona	Altura Max.	R. Lat/Fun.Min.	Quota Min./Eco. (m²)	Quota Min./Res. (m²)	
ZEA 1 - Centro 1	- (*3)	h/20 (*5)	-	- (*7) (*18)	

Observações

(II) - Conforme Tabela 2 do Anexo II da Lei de Uso do Solo

(*1) - Não será exigido o atendimento ao Coeficiente de Aproveitamento Mínimo para fins de licenciamento de edificações junto ao Município, sendo sua aplicação relacionada ao Art. 12 do Plano Diretor e à lei municipal específica que trata dos Instrumentos da Política Urbana.

(*2) - O Coeficiente de Aproveitamento Máximo é aplicável mediante a utilização do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, exceto nos casos regulamentados nesta e na lei específica.

(*3) - Respeitado o disposto no Art. 36, parágrafo único desta lei. "Art. 36: A altura das edificações não constitui característica homogênea de determinada Zona e varia segundo a ocorrência dos Parâmetros de ocupação do lote, especialmente para controle das condições de salubridade no meio urbano, respeitada a relação entre afastamento das divisas e a altura da edificação." Parágrafo Único: A altura máxima da edificação deverá obedecer a legislação pertinente referente ao plano da zona de proteção dos Aeródromos.

(*4) - Poderá ser exigido Recuo Frontal Mínimo diferenciado quando necessário para ajustar as dimensões das vias marginais, arteriais e coletoras em conformidade com o Plano Municipal Viário e de Transportes. Em todos os casos atender limite de áreas não edificáveis definidos na lei de Parcelamento do Solo.

(*5) - Independentemente da existência de aberturas para iluminação e ventilação nas paredes externas da edificação, é obrigatório o recuo lateral estabelecido, o qual respeitará o limite mínimo de 1,5 metros e não será exigido até a altura de 7,5 metros contados a partir do nível do terreno circundante, ressalvadas as disposições do Código de Obras do Município.

(*6) - Havendo ponto de estrangulamento no lote, deverá permitir passagem com largura mínima igual ou superior a 2/3 da Testada Mínima.

(*7) - A fração obtida no cálculo do número de economias em função da Quota Mínima será arredondada para maior quando o resultado for igual ou superior a 0,6.

(*8) - Na ZEA1-Centro1 o Coeficiente de Aproveitamento Básico será acrescido de 0,5 sem cobrança de outorga para os lotes cuja ocupação for mista contendo, uso comercial ou de serviços, e, uso residencial.

(*9) - A Taxa de Ocupação poderá chegar a 90% considerada a observação: (Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas). Exceto nas áreas dentro da Bacia do Rio Cascavel

(*10) - Serão admitidas soluções alternativas para garantir a Taxa de Permeabilidade Mínima exigida até a metade da área prevista, devendo, neste caso, a outra metade constituir área permeável de terreno, salvo na ZEA 1 - Centro 1 onde poderá a totalidade da área permeável ser em soluções alternativas.

(*18) - Nas edificações residenciais em série a Quota Mínima de terreno será de 125 m² por unidade.

(*21) - A partir de 30 metros de altura, as edificações deverão respeitar recuo frontal mínimo de 3 metros.

(*22) - Nas áreas de ZEA -1, quando na Bacia do Rio Cascavel, deverão utilizar mecanismos para retenção hídrica na metade da área da taxa de ocupação utilizada, com o objetivo de recarga no lençol freático.

(*23) - Para ZEA - 1 na Bacia de abastecimento manter o coeficiente de aproveitamento básico 3 e possibilidade de atingir 7 com outorga onerosa.